

A Democracia e a Classe Trabalhadora³²⁰ (1927)

RUDOLF HILFERDING

Sempre me surpreendo com a afirmativa, ainda ocasionalmente pronunciada, de que a democracia é um assunto da burguesia. Tal pretensão revela ignorância sobre a história da democracia e é uma frágil tentativa intelectual de deduzir sua história a partir dos escritos de um punhado de teóricos. A verdade é que não tem havido batalha política mais aguda do que a que o proletariado tem travado contra a burguesia em relação à democracia. Se não nos dermos conta de que esta batalha é uma das grandes façanhas da luta da classe trabalhadora, e que é falso e enganador falar-se, em sentido histórico, de “*democracia burguesa*”, estaremos rejeitando todo o passado socialista, desde os tempos do famoso comentário de Marx, de que o problema é promover a classe trabalhadora a um partido político. A democracia tem sido o *nosso* assunto. Conseguimos arrancá-la da burguesia através de uma luta obstinada. Lembrem-se da luta pelo direito de voto. Quanto sangue proletário foi derramado para assegurar o sufrágio.

A expressão “*democracia burguesa*” não está errada apenas do ponto de vista histórico, mas também do ponto de vista da análise social. Pois democracia significa um método inteiramente diferente de constituir a vontade do Estado. No Estado autoritário, existe, além do corpo de cidadãos

³²⁰“The organized economy”. In Bottomore, T. e Goode, P., *Readings in Marxist Sociology*, Oxford: Clarendon Press, 1983. O original é parte do livro de Rudolf Hilferding, *Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik*, publicado em 1927. Tradução de Paula Lagreca. Revisão de Aloisio Teixeira. (N. do E.)

constituídos por eleições e que expressa sua própria vontade política, um certo número de poderosas organizações sociais. Não posso desenvolver esse ponto aqui; basta dizer brevemente que, de fato, em todas as matérias de importância vital, a vontade do *Reichstag* não serviu para nada diante do alto comando militar, dos oficiais de alta patente e do monarca. No momento presente, a vontade do Estado é formada simplesmente a partir da vontade política dos indivíduos. O *Reichstag* não é mais confrontado exclusivamente pelas fechadas organizações das classes dominantes, e essas últimas devem agora dirigir-se aos cidadãos do Estado e ter sua autoridade confirmada pela maioria, a intervalos repetidos, no debate intelectual conosco. Se não for confirmada, então, *desde que a democracia seja respeitada*, sua dominação terá chegado ao fim.

Mas, e se as classes dominantes não respeitarem a democracia? Será um problema para nós? Será necessário dizer, não apenas para todo social-democrata, mas — e friso deliberadamente esse ponto — para todo republicano, que, no momento em que houver alguma tentativa de destruir os fundamentos da democracia, todos os meios deverão ser usados para protegê-la? O que está envolvido aqui é uma questão de uso da força. Depois da experiência da Alemanha, em 1918, e especialmente da Rússia, o uso da força na luta de classes (e eu me refiro ao uso real da força: baionetas, fuzis, canhões) só pode significar, não um golpe de Estado transitório, mas uma longa, violenta e extremamente sangrenta guerra civil. Quando os fundamentos da democracia são destruídos, estamos *na defensiva* e não temos qualquer escolha. E aí somos obrigados a empregar todos os meios. Mas nenhum socialista — e digo isso, precisamente, de um ponto de vista de um socialista — afirmará: “o socialismo não me atrai se eu não puder usar de força para viabilizá-lo”. Deixe-me citar Otto Bauer: “Não faremos isso porque sabemos que não existe obstáculo maior para a realização do socialismo do que a guerra civil; e porque nossa situação como socialistas seria muitas vezes mais difícil se o poder estatal do proletariado se originasse de uma guerra civil (...)”

A democracia é uma preocupação da classe trabalhadora, tanto de uma perspectiva sociológica quanto histórica. Uma vez mais, é completamente

anti-histórico supor que a democracia do mundo antigo, a antiga democracia italiana e nossa moderna forma de democracia sejam comparáveis. A moderna democracia existe apenas onde fortes organizações proletárias, imbuídas de consciência política, a apóiam; de outra forma, ela fracassaria. Olhe-se para os estados da América do Sul: constituições esplêndidas, democracia instalada, mas nenhuma organização proletária; uma economia voltada para a democracia só é possível onde uma classe trabalhadora, forte e consciente, a sustenta. O mesmo acontece nos países do Leste.

A expressão *democracia formal* é igualmente errônea, porque envolve uma concepção enganosa da conexão íntima entre as políticas e as consequências sociais dessas políticas. Democracia significa que uma distribuição diferente do poder político foi completamente, ou tanto quanto possível, alcançada. Isso significa, naturalmente, que as consequências sociais serão diferentes, e que a vontade do Estado será formada de uma maneira diversa. A separação entre as políticas e seus efeitos sociais pode ocorrer de maneira teórica e abstrata quando se escreve, mas na realidade política esta separação é bastante artificial. Também desse ponto de vista, a democracia é uma preocupação fundamental do proletariado. É inteiramente errado descrever democracia como formal. Ela possui o maior significado intrínseco para o destino de cada trabalhador.

Existem pessoas que gritam: “Cuidado com as ilusões democráticas!” Quando Marx, em seus primeiros textos — anteriores ao *Manifesto comunista* —, defendeu a idéia de que a emancipação política não era suficiente e que precisaria ser complementada pela emancipação humana (o que agora chamamos de emancipação social), isso teve grande significado em relação aos democratas burgueses de 1848, e era uma tarefa educacional importante realizada por Marx para proteger os trabalhadores, que apoiavam aqueles democratas, de ilusões. Mas não seria uma atitude intelectual ineficaz, essa de precisarmos constantemente advertir contra as ilusões da democracia burguesa o trabalhador que experimenta diariamente na fábrica, de oito a dez horas, em sua própria pessoa, o fato de que a emancipação política ainda não é equivalente à emancipação social? Este é uma espécie de infantilidade intelectual que deveríamos criticar. Vejo isso de uma manei-

ra diferente. O perigo real, e que infelizmente não tem sido sempre apenas um perigo, é de que existem setores da classe operária, e mesmo a totalidade das classes trabalhadoras de alguns países, *que não reconhecem a importância da liberdade e da democracia*. Temos ficado sempre indignados, bastante indignados, em relação ao abandono pela burguesia de seus princípios liberais. Mas tenho sido mais cauteloso em minhas próprias críticas desde que vi Mussolini chegar ao poder na Itália por não ter o proletariado reconhecido o valor da Liberdade e da Democracia.

O que se aplica ao Sul se aplica em dobro e em triplo ao Leste. As horas mais deprimentes de minha vida no partido foram aquelas em que tive que lutar no Partido da Social Democracia Independente (PSDI) contra os que aderiram aos “*Vinte e Um Pontos*” de Moscou³²¹. Muitos trabalhadores não entenderam exatamente ao que se estavam rendendo quando se submeteram àquelas vinte e uma condições ditatoriais, as quais afetavam não apenas a vida política em geral, mas, inclusive, o seu próprio Partido. Desde então temos descoberto exatamente o que o infeliz bolchevismo tem sido. Se os efeitos do bolchevismo têm sido reacionários ou revolucionários, isso terá de ser julgado pela história, no tempo certo. Mas não há dúvida que para nós, alemães, e para toda a Europa Central, a vitória dos bolcheviques *antes* da vitória da revolução democrática na Alemanha foi uma grande infelicidade. Se àquela época todos nós houvéssemos aderido firmemente à democracia, teríamos superado muito mais rapidamente a divisão na classe operária, e teríamos sido capazes de atingir de forma bem diferente um sucesso maior do que tivemos, simplesmente porque uma parcela da classe operária, por não reconhecer a importância dos direitos políticos, lutou contra seu próprio *front*. Se existem ilusões a serem destruídas, elas são, hoje em dia, as mesmas que Marx destruiu em 1848. Isso é uma exigência completamente absurda. Precisamos destruir as ilusões que são perigosas *hoje*, ou seja, ilusões antidemocráticas.

³²¹Os “vinte e um pontos”, elaborados por Lenin e Zinoviev, e adotados pelo Segundo Congresso do Internacional Comunista (1920), estabeleciam as condições para que partidos fossem admitidos como membros. (*N. do E.*)

A Economia Organizada³²²

(1927)

RUDOLF HILFERDING

Se quisermos saber o que a presente situação realmente significa, precisamos examiná-la muito mais rigorosamente e caracterizá-la mais precisamente do que é feito com a expressão “capitalismo tardio”. O ponto crucial é que nos encontramos, no presente, em um período do capitalismo em que a era da livre concorrência, durante a qual o capitalismo estava inteiramente submetido às leis cegas do mercado, foi essencialmente superada, e estamos nos movendo em direção a uma organização capitalista da economia; em resumo, de *uma economia regulada pelo livre jogo das forças para uma economia organizada*.

As características tecnológicas da economia organizada — brevemente resumidas — são que, ao lado da energia a vapor e da eletricidade, a química sintética agora desempenha um papel crescentemente proeminente, depois de cerca de meio século de desenvolvimento científico durante o qual tornou-se madura para aplicação na manufatura. Essa aplicação da química significa, em princípio, algo inteiramente novo. Ela torna a economia capitalista independente da oferta de matérias-primas individuais, pois a intenção é, em princípio, produzir artificialmente importantes matérias-primas, a partir de substâncias inorgânicas que estão prontamente

³²²“The organized economy”. In Bottomore, T. e Goode, P., *Readings in Marxist Sociology*, Oxford: Clarendon Press, 1983. O original é parte do livro de Rudolf Hilferding, *Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik*, publicado em 1927. Tradução de Paula Lagrecia. Revisão de Aloisio Teixeira. (N. do E.)

disponíveis, em grandes quantidades e em todos os lugares. (...) Uma segunda intenção da química sintética é produzir matérias-primas em uma forma tal que sejam bem mais apropriadas para o uso industrial que as matérias naturais, ou que tenham qualidades inteiramente novas. Uma terceira intenção desse desenvolvimento é produzir matérias-primas orgânicas de alto custo a partir de matérias inorgânicas baratas. Basta lembrar aqui o enorme progresso da produção de seda artificial, que tem feito grandes incursões na realidade anterior da indústria têxtil. (...)

A segunda característica da situação é que a indústria capitalista, reanimada pelo vigoroso e inédito influxo de conhecimento científico, está completamente empenhada em utilizar as novas oportunidades de uma forma *organizada*. É significativo que as indústrias recém-instaladas não se estão constituindo apenas em uma base tecnológica mais complexa (como já era o caso no período imediatamente anterior), mas estão ao mesmo tempo se organizando, tanto quanto possível, em uma escala de amplitude mundial. Por exemplo, a indústria da seda artificial não é apenas uma indústria monopolista na Alemanha, mas constitui fundamentalmente uma forma singular de estruturação do capitalismo internacional, que mantém ligações estreitas com outros trustes na Alemanha e na Inglaterra, os quais, por sua vez, mantêm conexões com outras estruturas semelhantes. Portanto, o desenvolvimento de cartéis e trustes que foi realizado com êxito na indústria é agora a primeira palavra proferida pelas novas indústrias à medida que fazem sua entrada na cena mundial.

Um terceiro fenômeno característico é a *internacionalização* da indústria capitalista; o esforço para unificar os vários monopólios nacionais, trustes e cartéis em nível internacional. Qualquer um que entre em contato com os círculos de negócios capitalistas (...) fica espantado com a avidez com que essa gente, cujas perspectivas econômicas antes da guerra limitavam-se ao cenário nacional, procuram agora conexões internacionais e cultivam suas relações exteriores, e como se tornou vigorosa essa tendência para a organização internacional. Quando a classe operária começou a se organizar e os sindicatos formaram o primeiro elemento econômico organizado no capitalismo, os empresários, auxiliados por sua maior cons-

ciência de classe e por seu menor número, começaram a superar nossas organizações. Devemos tomar cuidado para que isso não ocorra também na arena internacional. (...)

O quarto ponto, que não é habitualmente noticiado e apenas começa a tornar-se aparente, é talvez o mais importante de todos. Todos temos a sensação hoje em dia que mesmo os negócios conduzidos por um empresário isolado deixaram de ser simplesmente um negócio privado dos empresários. A sociedade começou a perceber que tem interesse em elevar a produtividade em todos os empreendimentos individuais, e portanto que a pessoa responsável pela administração econômica em cada caso deve desenvolver permanentemente suas funções técnicas e organizacionais para aumentar a produtividade. Gostaria de lembrar-lhes que corporações como o Kuratorium für Wirtschaftlichkeit e todos os esforços oficialmente promovidos para maior racionalização, destinados a induzir os empresários a aumentar o produto de seus empreendimentos, são simplesmente a forma como a sociedade responde ao fato de que o desenvolvimento dos negócios não é mais um assunto privado do empresário, mas um problema da sociedade como um todo. A coisa mais importante é essa: a formação de conglomerados, a concentração de um crescente número de empreendimentos sob comando único são meios de eliminação da concorrência no que diz respeito aos negócios individuais. A doutrina do capitalismo era que somente a pressão da livre concorrência poderia estimular a economia e acarretar as necessárias inovações e avanços técnicos. O principal argumento contra o socialismo sempre foi: vocês eliminam a iniciativa privada da livre concorrência e não oferecem nada em troca. Portanto sua economia não funcionará, porque vocês deixam de levar em conta a ambição e o interesse pessoal do proprietário privado dos meios de produção. É muito interessante ver como, no desenvolvimento da moderna ciência da administração, estão sendo pensados métodos para substituir essa livre concorrência entre interesses pessoais privados por métodos científicos de planejamento. Fica bastante claro que o diretor de um conglomerado tem grande interesse em ser capaz de estabelecer, a qualquer momento, se uma companhia que integra seu grupo, mas não está competindo com

outros empreendimentos similares do conglomerado, está operando com eficiência máxima. Métodos muito sofisticados têm sido desenvolvidos de modo a substituir a competição baseada no interesse pessoal por um *método científico de competição*. Este é o verdadeiro princípio que nós, socialistas, aplicaríamos em nossa administração da economia. O capitalismo, portanto, abdica por si mesmo da principal objeção que pode levantar contra o socialismo, e, ao mesmo tempo, a última objeção psicológica ao socialismo vem abaixo. De fato, portanto, capitalismo organizado significa a *substituição teórica do princípio capitalista da livre concorrência pelo princípio socialista da produção planejada*. Essa economia planejada e conscientemente dirigida torna possível, em uma extensão muito maior, a ação consciente da sociedade; ou seja, ação por meio da única organização consciente da sociedade, equipada com poder coercitivo, a saber, o Estado.

Se for esse o caso, então a organização capitalista da economia por um lado e a organização do Estado por outro confrontam-se uma com a outra, e o problema é como queremos configurar essa interpenetração. Isso simplesmente significa que nossa geração se defronta com o problema de transformar — com a ajuda do Estado, que conscientemente regula a sociedade — uma economia organizada e dirigida pelos capitalistas em uma que seja dirigida pelo *Estado democrático*. Segue-se que o problema com que se defronta nossa geração não pode ser outro que não o do socialismo. Se nós, como social-democratas, lutamos no passado por direitos políticos, pela implementação e ampliação de políticas sociais, então, como resultado do próprio desenvolvimento econômico, a *questão do socialismo* está agora colocada. (...)

Refiro-me à crescente interpenetração entre a economia e o Estado, a suas relações recíprocas que vão-se tornando cada vez mais estreitas, à medida que a economia se torna mais organizada. Nessa conexão, chamo a atenção para o fato de que, mesmo durante o período da livre concorrência, a influência do Estado sobre a economia já existia em algumas esferas; por exemplo, no controle estatal do mercado monetário — o qual se tornou bem expressivo nos últimos dias pelo fato, único na história das crises financeiras, de que um governo capitalista produziu artificialmente

um pânico no mercado de ações — ou em questões de política fiscal e de política comercial. Aqui, entretanto, tenho a impressão de que é necessário lembrar à massa do povo o significado da política comercial. Temos assistido recentemente a um extraordinário aumento no preço dos cereais e deve ficar claro para o povo que o *preço do pão* e o *preço da carne* não são preços apenas econômicos mas também *preços políticos*, determinados por relações de poder político, e que é um assunto urgente, se o povo deseja uma melhoria nesse terreno, que se tome a iniciativa de implementar e garantir uma política capaz de reduzir ou eliminar o fator político no preço econômico.

Mas o que é novo, e mesmo mais importante, é a regulação estatal naquela área que afeta diretamente a maior parte do proletariado: o mercado de trabalho. Graças à revolução, temos agora o seguro-desemprego. Isso significa uma regulação muito específica da oferta e da demanda no mercado de trabalho. Como resultado do sistema de acordos salariais e dos tribunais de arbitragem, há atualmente uma *regulação política dos salários* e da jornada de trabalho. A situação pessoal do trabalhador é determinada pela política conduzida pelo Estado. Se temos sido capazes, com mais de dois milhões de desempregados, de manter, em seu conjunto, o nível de salários reais, essa defesa do nível salarial tem sido possível acima de tudo porque a influência política da classe operária foi grande o suficiente — através do seguro-desemprego, arbitragem e acordos salariais — para evitar pelo menos uma redução dos salários. Devemos insistir junto a cada operário que o *salário semanal* é um *salário político*, que o tamanho do envelope de pagamento ao final da semana depende do poderio da representação da classe operária no parlamento, do poderio de sua organização e das relações de força na sociedade, fora do parlamento. E às mulheres operárias, em particular, devemos dizer: quando votam, vocês estão decidindo sobre o pão e a carne, e sobre o nível dos salários, ao mesmo tempo. Certamente isso é algo novo na economia capitalista, um elemento de grande significado econômico, social e político. O professor Cassel, esse fóssil da era *laissez-faire* do capitalismo, que estranhamente circula no exterior como um especialista internacional nesse assunto, está rigorosamente certo ao

dizer que isso contradiz a natureza do capitalismo — isto é, do capitalismo tal como ele o entende. Isso é, na verdade, incompatível com o princípio da livre concorrência. Só é possível porque temos uma economia organizada, que está sujeita a uma crescente organização consciente pela sociedade e pelo Estado.

Nesse ponto, chegamos à nossa posição em relação ao Estado. Gostaria de invocar aqui o melhor de todos os marxistas — a história — que nessa ocasião também está de acordo com Karl Marx. Qual era, *historicamente*, nossa atitude em relação ao Estado? Não há dúvida de que, desde o início, o movimento operário, e, em particular, o movimento socialista, foi o primeiro a defender a idéia da influência do Estado sobre a economia, em oposição ao liberalismo. Não há dúvida de que — inicialmente no campo da política social — temos repetidamente reivindicado a intervenção do Estado e uma ampliação do poder do Estado, e agora estamos reivindicando sua extensão do domínio da política social ao da política econômica e da administração da economia. Olhar a administração da indústria e da sociedade como uma questão social, esse tem sido o verdadeiro princípio do socialismo, e a sociedade não dispõe de outro instrumento com que possa atuar conscientemente que não o *Estado*. Dessa forma, não pode haver nenhuma dúvida em relação à nossa posição atual face ao Estado. Mas se for o caso historicamente, temos sido sempre cuidadosos em evitar cair nas concepções da burguesia, em particular na filosofia do Estado alemão. O método marxista exige que, no tratamento dos fenômenos sociais, devemos dissolver o fetichismo da aparência pela análise da realidade. A filosofia alemã do Estado absolutizou e deificou o Estado; ela imaginou que o Estado é a realização da liberdade, da moralidade e de vários outros princípios metafísicos. A filosofia do Estado alemão floresceu profusamente em uma época em que o poder do Estado era bem menor do que hoje. Somente a partir de 1870 tivemos o que pode ser chamado de um Estado, e nossa filosofia do Estado, que data do século XVIII e do início do século XIX, é portanto inútil para entendê-lo. Marx, sem dúvida, indicou um aspecto crucial do Estado quando disse que não deve ser olhado apenas como uma estrutura política, mas também em termos de seu

conteúdo social, que consiste no fato de que a classe dominante mantém sua dominação por meio do poder do Estado. Mas essa definição do Estado por Marx não é, na verdade, uma teoria do Estado, pois é válida para todas as formações estatais desde o início da sociedade de classes, enquanto o que se tem que explicar são os aspectos distintivos no desenvolvimento do Estado.

Os ingleses, que já têm um Estado há muito tempo, nunca se preocuparam com concepções meramente filosóficas do Estado. A literatura inglesa sobre o tema não trata absolutamente do Estado, mas do governo. Para nós, enquanto socialistas, deveria ser evidente por si mesmo que uma organização consiste em seus membros, na liderança e no aparelho administrativo; isso significa, portanto, que o Estado — em termos políticos — não é nada senão o governo, a máquina administrativa e os cidadãos que o compõem. Em outras palavras, isso significa que o elemento essencial em todo Estado moderno são os *partidos*, porque os indivíduos só podem tornar efetivos os seus desejos por intermédio de seu partido. Conseqüentemente, todos os partidos são componentes necessários do Estado, tanto quanto o governo e a administração. Isso também envolve o conhecimento das bases da definição marxista, porque a luta do partido não é mais do que reflexo da luta entre as classes e, portanto, a expressão do conflito de classe.

Se, portanto, o conteúdo da luta em relação ao Estado é ganhar influência sobre a administração da economia, só então torna-se clara a total originalidade da observação de Marx; uma observação que ele considerou tão importante que incluiu não só em *O capital*, mas também no *Manifesto de lançamento*.³²³ Aí ele fala da jornada de trabalho de dez horas e conclui: "Conseqüentemente, a lei da jornada de dez horas não foi apenas um grande êxito prático; foi a vitória de um princípio; pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbia ante a economia política da classe operária".³²⁴ O que isso significa é que quan-

³²³Marx, K.: *Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*, 1864. [Tradução em língua portuguesa em Marx e Engels, *Textos*, v. 3, São Paulo: Editora Alfa-Omega.]

³²⁴*Op. cit.*, p. 319.

to mais a sociedade capitalista sucumbir ante a crescente influência da classe operária, mais vitorioso será o princípio político da classe operária de usar o Estado como um meio para a administração e o controle da economia no interesse de todos.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

U94 Utópicos, heréticos e malditos: os precursores
do pensamento social de nossa época / [org.]
Aloisio Teixeira; tradução Ana Paula Ornellas
Mauriel... [et al.]. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

ISBN 85-01-06125-5

1. Economia. 2. Ciência política. I. Teixeira,
Aloisio.

02-0221 CDD - 330
CDU - 33

Copyright © Aloisio Teixeira, 2002

Direitos exclusivos desta edição reservados pela
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000

Impresso no Brasil

ISBN 85-01-06125-5

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052
Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

